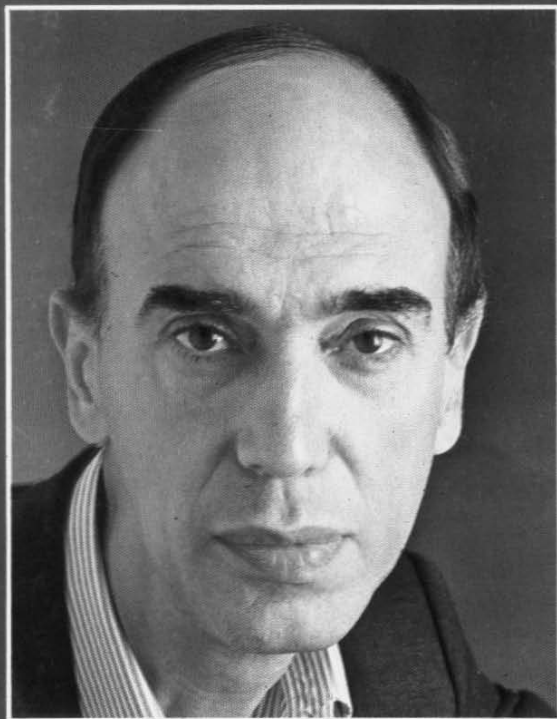


MISSÃO DA
UNIVERSIDADE BRASILEIRA



**MARCO
MACIEL**
Senador

SENADOR
MARCO MACIEL

**MISSÃO DA
UNIVERSIDADE
BRASILEIRA**

1990

27 CENTRO GRÁFICO
DO SENADO FEDERAL
a n o s

OS 1308/90

O AUTOR

Marco Maciel foi estudante de ativa participação, tendo sido eleito duas vezes presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e da União dos Estudantes de Pernambuco (UEP), posto máximo da representação estudantil do Estado.

Quando Ministro da Educação, escolhido pelo Presidente Tancredo Neves, Marco Maciel atuou firme e decisivamente para que a União Nacional dos Estudantes (UNE), proscrita em 1964, voltasse a ter existência legal.

Marco Maciel é graduado pela tradicional Faculdade de Direito do Recife — turma de 1963 — e advogado inscrito na OAB — Seção de Pernambuco.

Professor de Direito Internacional Público, na Universidade Católica de Pernambuco, também tem ministrado aulas em diversas instituições de ensino superior do País. Em 1969, esteve em Harvard (EUA) fazendo curso de extensão sobre instituições americanas.

Governou o Estado de Pernambuco de 1979 a 1982.

Eleito Senador da República em 1982, Marco Maciel é relator da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira ora em discussão no Congresso Nacional.

Missão da universidade brasileira

A universidade tem compromissos inarredáveis com a verdade, com a justiça e com o saber. O que a sociedade que a mantém dela espera não é o alheamento ou passividade ante o espetáculo de transformações de que ambos participam inevitavelmente. Ao contrário, é indispensável que a universidade seja instrumento de transformações e que ela própria esteja em permanente processo de auto-avaliação e adaptação às realidades cambiantes. Essa postura deve, por isso mesmo, encerrar elevado sentido crítico.

Nunca é demais reafirmar a necessidade, entre nós, de um novo projeto de educação, com vistas a dar a todos os brasileiros as condições necessárias ao exercício dos direi-

tos da cidadania e à ampla participação em nosso processo de desenvolvimento.

Educação humanística versus mercado de trabalho

Aliás, o acesso à educação não é apenas uma garantia da igualdade de direitos — apátnio da verdadeira democracia — e um instrumento capaz de ensejar a todos seu pleno engajamento na construção do desenvolvimento; é, também, fundamental para que as pessoas se realizem em toda a sua extensão e em toda a sua integralidade.

A esse respeito, convém lembrar que as idéias em torno dos objetivos da educação, tanto no Brasil quanto nos países de maior tradição cultural, contemplam uma antiga controvérsia que opõe as exigências humanísticas da formação do homem, como ser social de destinação gregária, às imposições de seu papel como agente econômico na sociedade.

Enquanto os adeptos da primeira linha defendem a chamada educação liberal de cunho humanístico, os seguidores da segunda defendem a prioridade da educação voltada para o atendimento das exigências do mercado de trabalho.

Essa controvérsia sempre teve repercussões no Brasil e influenciou, em diferentes épocas, as sucessivas reformas educacionais que experimentamos. Para que se avalie a importância desse debate, basta assinalar que pelo menos três grandes nações, organizadas

sob regimes políticos distintos — Estados Unidos, China e França — discutem e põem em prática, atualmente, reformas em que essa discussão constitui o fundamento da reorientação que buscam para os seus sistemas educacionais. Nós não teríamos como escapar desse choque de concepções.

A conciliação entre perspectivas distintas

Em verdade, a última grande reforma de ensino de 1º e 2º graus que tivemos voltou-se para essa última orientação. Ela se fundou, sobretudo, na terminalidade que se pretendeu dar ao ensino de 2º grau, através da profissionalização de nível médio.

As exigências das modernas sociedades industriais e pós-industriais do mundo contemporâneo, todavia, não tornam antinômicas nem excludentes entre si as duas funções que a educação deve cumprir: preparar integralmente o homem para a sua plena realização pessoal e participação política, e, proporcionar-lhe simultaneamente meios que o habilitem a cumprir a sua função de agente econômico da sociedade em que vive. Ao contrário, em que pesem distintas, são perspectivas complementares e indissociáveis.

Se esse entendimento se aplica à escola básica, por mais forte razão pode ser utilizado para a universidade. Aliás, são igualmente questões comuns aos diferentes níveis de educação as que se relacionam com a qualidade do ensino, o acesso à escola — especialmente por parte dos grupos de menor renda

— e a liberdade de escolha da educação que se pretende seja oferecida a nossos filhos.

Integração ensino/pesquisa

Ao lado das questões já assinaladas e ainda não resolvidas, a universidade brasileira se defronta com outros tão graves e, ao mesmo tempo, tão relevantes problemas, que não podem, por sua própria natureza, escapar ao universo das preocupações oficiais. Entre eles convém, por exemplo, lembrar que não pode haver também educação de nível superior, nem progresso científico, sem que ensino e pesquisa caminhem juntos, recebam a mesma atenção e sejam permanentemente estimulados, para que acolham os melhores cérebros e despertem as mais dotadas vocações.

Para que cumpra essa função, no entanto, de permanente integração à própria sociedade em que ela se insere, a universidade brasileira precisa ser fortalecida institucionalmente. Não dentro dos padrões concebidos pelo Estado, mas sim nos padrões estabelecidos pela comunidade acadêmica e pela própria sociedade que lhe assegura os meios de existência.

Ensino público e ensino particular

Sobre este tema, deve-se assinalar que o debate a respeito da educação brasileira, ao longo dos últimos trinta anos, tem sido marcado por um acalorado conflito de opi-

niões entre os que defendem a destinação de recursos públicos exclusivamente à educação patrocinada pelo Estado e aqueles que, ao contrário, propõem também sua alocação em favor da escola particular.

Uma polêmica que assume, a meu ver, termos emocionais. Temos que aceitar como válidas e legítimas as duas correntes de opinião. Como já se disse, a boa convivência democrática exige a aceitação e a militância, dentro da lei, de todas as convicções políticas. Tolerância, no entanto, não significa concórdia.

A resolução desse problema passa pela superação da armadilha maniqueísta de que é prisioneiro. A garantia do acesso de todos à escola de boa qualidade é o verdadeiro objetivo da política educacional e chave para solução do problema. A alocação dos recursos públicos *deve observar as circunstâncias de espaço e tempo e as especificidades da atividade educacional financiada, tendo em vista sempre a consecução daquele objetivo.*

Preservar o princípio da liberdade

O princípio da liberdade de escolha na educação, preservado em praticamente todos os documentos constitucionais brasileiros, não é incompatível com o conceito de que os recursos da União devem ser prioritariamente direcionados ao ensino público.

Não quer isso dizer, porém, que o Estado não deva incentivar as iniciativas, no campo educacional, que sejam promovidas por particulares, quando realizadas sem propósitos lu-

crativos e sob diferentes formas de organização comunitária.

Ninguém neste País pode desconhecer, o que tem significado para o desenvolvimento da educação nacional, a contribuição que historicamente lhe deram diferentes confissões religiosas e, desde os tempos coloniais, as ordens religiosas e a Igreja Católica. Entendo, pois, que a liberdade de escolha da educação deve continuar a ser assegurada em nosso regime político.

A Constituição promulgada a 5 de outubro de 1988 estabeleceu, em seu art. 213, que "os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei."

Missão da universidade

Todos os problemas nacionais, de uma forma ou de outra, estão vinculados à educação. Desafortunadamente, contudo, nem sempre há uma clara consciência dessa realidade, daí por que se exige um esforço mobilizador no sentido de promover-se essa conscientização. O mais virá da adequada combinação entre consciência e ação.

Ora, nesse contexto, a missão da universidade assume transcendental importância. A dinâmica da universidade, sua razão de ser situa-se no próprio cerne do interesse nacional. Não haverá, portanto, desenvolvimento verdadeiro e auto-sustentado sem o seu concurso.

Os compromissos da universidade

A universidade tem compromissos inarredáveis com a verdade, com a justiça e com o saber. O que a sociedade que a mantém dela espera não é o alheamento ou a passividade ante o espetáculo de transformações de que ambos participam, inevitavelmente. Ao contrário, é indispensável que a universidade seja instrumento de transformações e que ela própria esteja em permanente processo de auto-avaliação e adaptação às realidades cambiantes. Essa postura deve, por isso mesmo, encerrar elevado sentido crítico.

Daí seu prestígio e credibilidade acima das aparências, a importância de sua atuação fecunda como núcleo polarizador da inteligência nacional, fomentador de técnicas, criador de saberes, estimulador da pesquisa científica, centro de difusão metódica e progressiva das disciplinas profissionais, incentivador das carreiras liberais e instituição comprometida com a realidade social que a cerca.

Nesse sentido é fundamental que todos nós, enquanto detentores de parcelas de responsabilidades dos caminhos da universidade brasileira, tenhamos sempre presente a eminente dignidade de sua missão, e, assim, tenhamos condições de repetir, como no provérbio de Salomão que, aqui, "a sabedoria edificou para si mesma uma casa".

"A universidade tem compromissos inarredáveis com a verdade, com a justiça e com o saber."

"O acesso à educação não é apenas uma garantia da igualdade de direito e um instrumento capaz de ensejar a todos seu pleno engajamento na construção do desenvolvimento; é, também, fundamental para que as pessoas se realizem em toda a sua extensão."

"É indispensável que a universidade seja instrumento de transformações e que ela própria esteja em permanente processo de auto-avaliação e adaptação às realidades cambiantes."

Marco Maciel